



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

ACTA Nº 18

-----*Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e doze, pelas dezanne e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Município das Velas, reuniu a Assembleia Municipal sob a presidência do seu presidente, senhor Frederico Maciel com a seguinte ordem de trabalhos: -----*

Ponto único - Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento. -----

-----*Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia, o mesmo comunicou a falta do senhor deputado municipal Rui Miguel Vieira de Sequeira que foi substituído pelo senhor deputado municipal João Manuel Cordeiro da Ponte, do Grupo Municipal do Partido Socialista e a informação do senhor deputado municipal Rui Sequeira, como presidente do Grupo Municipal do Partido Socialista em que seria substituído nas suas funções de liderança pelo senhor deputado municipal Carlos Jorge Bettencourt da Silveira, assim como a substituição do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina pelo senhor secretário da referida Junta, senhor Alberto Manuel Soares Almeida. -----*

Verificou-se que os substitutos já haviam tomado posse anteriormente pelo que estavam em condições legais de assumirem e exercerem os respectivos cargos. -----

-----*Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Secretário da Mesa que fizesse a chamada, tendo-se verificado estarem presentes os senhores deputados a saber: António Frederico Correia Maciel, João Manuel Cordeiro da Ponte, Carlos Jorge Bettencourt da Silveira, Susana Patrícia Góis Pereira da Silva, Luís Manuel Bettencourt Teixeira Ávila, Maria de Fátima da Silveira, Margarida Augusta Rodrigues Fernandes, eleitos nas listas do Partido Socialista, das senhoras e senhores Mark Silveira Marques, José Luís Dias Bettencourt, Paula Maria Bettencourt Amarante Sequeira, Ana Maria Fagundes Pereira e António Oldemiro das Neves Pedroso, eleitos nas listas do Partido Social Democrata, e do senhor Abel Jorge Igrejas Moreira e da senhora Maria da Luz Silva das Graças, eleitos nas listas do Partido Popular, bem como dos Presidentes das juntas de freguesia ou seus substitutos, Vasco*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Fernando de Matos, Presidente da junta de freguesia das Manadas, eleito nas listas do Partido Socialista, Luis Virgílio Sousa da Silveira, Presidente da junta de freguesia de Resais, eleito nas listas do Partido Popular, Henrique Luis Teixeira, Presidente da junta de freguesia de Santo Amaro, eleito nas listas do Partido Socialista, Alberto Manuel Soares Almeida, Secretário da junta de freguesia da Urzelina, eleito nas listas do Partido Socialista, e Paulo Alberto Bettencourt da Silveira, Presidente da junta de freguesia das Velas, eleito nas listas do Partido Social Democrata, pelo que, se constatou haver quórum para funcionar a Assembleia, tendo o senhor Presidente da Assembleia, declarado aberta a sessão. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou de seguida à leitura do expediente referindo que foram recebidas várias publicações regionais e nacionais provenientes de Grupos Parlamentares, de Partidos Políticos, de Associações Autárquicas, etc. -----

----- Alguns requerimentos e intervenções dos senhores deputados regionais eleitos pelo círculo de São Jorge e que também fazem parte desta Assembleia Municipal, sobre variados temas de interesse para o nosso concelho e a nossa ilha. -----

----- Ainda alguns postais emails de Boas Festas mais retardatários que desde já, e em nome desta Assembleia Municipal, publicamente agradeço e retribuo. -----

----- Parecer da Direcção Regional de Organização e Administração Pública dando parecer negativo sobre a convocatória das reuniões dos órgãos autárquicos através de e-mail. Sobre esta matéria o senhor presidente da Assembleia Municipal disse não estar surpreendido já que a assembleia municipal das Velas na sua opinião e prática tem agido em conformidade com o Regimento que o não previa, como também a lei, tal forma de convocatória. Referiu o senhor presidente da assembleia que o Conselho de Ilha não estava a seguir tal norma e restava a efectuar convocatórias através de email e que, por si, já havia faltado a reuniões do mesmo por não se ter apercebido da convocatória. -----

----- Ofício/Convite da Câmara Municipal datado de 19 de Janeiro do corrente ano convidando o Presidente da Assembleia para proferir uma conferência sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

"A história das Semanas Culturais" integrada na apresentação da XXVª Semana Cultural e realizar na BTL. -----

----- Outro ofício/Convite da Câmara Municipal datado de 26 de Janeiro do corrente ano convidando o Presidente da Assembleia a colaborar na realização da XXVª edição da Semana Cultural. O senhor presidente da Assembleia Municipal informou ter aceite ambos os convites. -----

----- Carta enviada pela senhora Ingride Bettencourt, datada de 30 de Janeiro do corrente ano, solicitando escusa de representante da Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens alegando nunca terem sido solicitadas as suas competências técnicas. Dado que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens tinha um representante substituto por ela eleito foi entendido não haver necessidade de proceder a nova eleição. -----

----- Da Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um ofício datado de 23 de Fevereiro (Quinta-feira passada) solicitando a esta Assembleia Municipal as seguintes informações:

a) Posição da Assembleia Municipal quanto aos objectivos e parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica; b) Posição quanto à proposta de Lei n.º 44/XII, solicitando que a resposta a estas questões fosse dada até ao dia 15 de Março do corrente ano. Tendo em atenção os prazos estabelecidos, o senhor presidente da assembleia pessoalmente lastimou que tal pedido solicitado em cima da hora já que por lei a Assembleia Municipal se reunia durante o mês de Fevereiro e a solicitação fora enviada quando mais de dois terços do mês já haviam passado. Informou ainda o senhor presidente da Assembleia que em tempo oportuno colocaria à deliberação desta Assembleia a inclusão deste ponto na Ordem dos Trabalhos que conforme o Regimento teria de obter uma maioria de dois terços dos senhores deputados presentes (Art.º 24, número 3). -----

----- Quanto a outras informações e respostas, o senhor presidente da Assembleia informou os senhores deputados municipais que a proposta de alteração do Estatuto da Empresa Municipal Velas futuro não fora incluída na ordem de trabalhos desta sessão, pelo facto da Câmara Municipal, entidade que solicitou o adiamento da sua discussão, não lhe ter solicitado tal inclusão. -----

Handwritten initials and signatures in the top right corner.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- O senhor Presidente de Assembleia recebeu requerimentos entregues pelo grupo municipal do CDS/PP sobre a Salbreira Municipal e sobre a eventual diminuição da iluminação pública no concelho das Velas. -----

----- Também foram recebidos um voto de saudação entregue pelo Grupo Municipal do Partido Social-Democrata e um outro de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP. -----

----- O Presidente de Assembleia informou que os requerimentos seriam enviados à Câmara Municipal para a respectiva resposta e, quanto aos votos, seriam de imediato postos à discussão e votação, pelo que solicitava informação se sobre os mesmos algum dos subscritores queria usar da palavra. -----

----- No entanto, por solicitação dos requerentes foram lidos os requerimentos que haviam sido entregues à Mesa da Assembleia. -----

Eventual diminuição da iluminação pública do Concelho das Velas. -----

----- Considerando que a EDA, Electricidade dos Açores, tem vindo a substituir os candeeiros nas estradas regionais da Ilha de São Jorge, em particular no Concelho das Velas, por indicação do Governo Regional dos Açores sendo o objectivo desta acção a redução dos custos; -----

----- Considerando que a ausência da iluminação pública junto às habitações colocam em risco a segurança de pessoas e bens; -----

----- Considerando haver rumores da intenção do Município das Velas dar indicações à EDA, Electricidade dos Açores, para que essa proceda à retirada nomeadamente dos candeeiros nas ruas, canadas e caminhos municipais; -----

----- Ao abrigo da secção V^a do artigo 37 do regimento, o Grupo Municipal de CDS-PP requer que o executivo do município preste os seguintes esclarecimentos: -----

1 - É ou não intenção do Município das Velas reduzir a iluminação pública do concelho, especificamente nas vias sobre responsabilidade municipal? -----

2 - Em caso afirmativo, quais os critérios definidos para a retirada dos respectivos candeeiros? -----

3 - Quanto prevê o município poupar com a redução da iluminação pública no concelho? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

4 - Entende ou não o município ser possível reduzir os custos com a energia eléctrica sem que seja só e apenas com a redução da iluminação pública. -----

5 - Entende ou não ser pertinente ouvir as juntas de freguesias do concelho, bem como a Assembleia Municipal em relação a esta matéria para que estas se possam pronunciar e emitir a sua opinião. -----

Reabertura da Saibreira Municipal -----

----- Considerando que a Saibreira Municipal sita na freguesia de Rosais se encontra encerrada há largos meses; -----

----- Considerando que tal situação prejudica muito a normal manutenção dos caminhos municipais e agrícolas com claros prejuízos dos utentes nomeadamente dos agricultores; -----

----- Considerando que para além da falta do saibre para a manutenção dos referidos caminhos, o encerramento desta levou a que o município deixasse de facultar esse material aos agricultores, para que possam criar mais e melhor condições de trabalho e higiene nas suas explorações agrícolas; -----

----- Considerando que na última sessão da Assembleia Municipal, o Grupo Municipal de CDS-PP questionou o Presidente do Município em relação a esta matéria, e no caso concreto em que o ponto de situação se encontrava o processo de licenciamento em causa; -----

----- Considerando que o governo regional através de comunicado do governo datado de 7 de Fevereiro do corrente mês, informou que vai adquirir um terreno para licenciamento e extracção de inertes necessários a recuperação e manutenção da rede de caminhos rurais e florestais sobre as responsabilidades do governo; -----

----- Ao abrigo da secção Vª do artigo 37 do Regimento, o Grupo Municipal do CDS-PP requer ao executivo do município os seguintes esclarecimentos: -----

1 - Entende ou não o município ser de extrema urgência o licenciamento da saibreira de forma que esta seja reaberta com a maior brevidade possível? -----

2 - Está ou não o município a trabalhar no sentido que esta seja reaberta e, em caso afirmativo, para quando? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

3 - Que lhe sejam enviados os processos com todos os documentos inerentes à legalização da saibreira em causa e conhecimento de qual o terreno, e onde se situa, a adquirir pelo governo regional para a extracção de inertes. -----

----- Em seguida, havendo um Voto de Saudação, o senhor Presidente da Assembleia pediu a um dos senhores deputados municipais do Grupo Municipal do PSD para o ler, tendo sido dada a palavra ao senhor deputado Mark Marques para fazer a leitura do voto de saudação. -----

Voto de Saudação

----- O desporto tem sido umas das actividades pelas quais os açorianos mais se têm afirmado no contexto nacional, alcançando sucessos significativos ao mais alto nível competitivo de Portugal. -----

----- No passado dia 11 de Fevereiro, o nosso concidadão Filipe Soares sagrou-se campeão nacional na categoria de menos cinquenta quilos na modalidade de judo.

----- O êxito alcançado evidencia a qualidade do trabalho realizado pelo atleta, bem como no empenho dos seus treinadores do Judo Clube de São Jorge. -----

----- Filipe Soares, hoje com quinze anos de idade, iniciou a prática do judo aos cinco anos de idade tendo desde cedo revelado imensa habilidade motora e excelentes características físicas. -----

----- Iniciou a sua actividade competitiva através dos torneios associativos, regionais e nacionais, tendo sempre obtido várias qualificações de relevo. -----

----- Com treze anos (isto em 2010) sagra-se vice-campeão nacional juvenil e ascende a jovem talento regional fruto deste importante resultado desportivo. -----

----- Com 14 anos, portanto em 2011, voltou a ser Vice Campeão Nacional, já no escalão de cadetes, e é convocado pela Federação Portuguesa de Judo, pela primeira vez, para estágio nacional e taça de Europa de Portugal, sua primeira internacionalização. -----

----- Em 2012 sagra-se bicampeão regional de cadetes e de juniores nas categorias de menos cinquenta quilos e menos cinquenta e cinco respectivamente, e logo de seguida, e de uma forma inequívoca sem deixar margens para dúvidas da sua superioridade, atinge o título nacional numa categoria de peso muito competitiva com quinze atletas em representação de todas as regiões do país. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Assim e ao abrigo da alínea c) do artigo 33º do Regimento da Assembleia Municipal das Velas, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação deste voto de saudação pelo título de campeão nacional de cadetes de menos cinquenta quilos conseguido pelo nosso concidadão, Filipe Soares. -----

----- Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos seus dirigentes, à equipa técnica e familiares. -----

----- Após a leitura do voto de saudação feita pelo senhor deputado Mark Marques, o senhor Presidente de Assembleia deu a palavra ao Sr. deputado Abel Moreira que, no seu uso, disse que o Grupo Municipal do CDS-PP se associava a esse voto de saudação que o PSD trouxera a bem sobre do judo de São Jorge, neste caso desse nosso campeão, Filipe Soares, dizendo que o Judo São Jorge felizmente tinha grandes campeões e continuava a lutar numa modalidade que não era muito característica em São Jorge, mas que tinha tido excelentes resultados e que, por isso, aquele Grupo Municipal iria associar-se a esse voto de saudação. --

----- O senhor Presidente de Assembleia passou a palavra ao senhor deputado municipal do partido socialista, o senhor Carlos Jorge da Silveira que, por sua vez, disse que o grupo parlamentar do PS se congratulava com a ideia do Grupo Municipal do PSD e achava que o judo era o desporto com mais títulos nacionais e internacionais conseguidos para a Ilha e para Açores mas que, infelizmente, não têm tido o apoio que deveriam ter, atendendo à dimensão dos títulos conquistados. ---

----- Não tendo havido mais intervenções passou-se à votação do Voto de Saudação que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Após esta votação o senhor presidente perguntou aos senhores deputados subscritores do Voto Pesar apresentado pelo CDS-PP, se pretendiam apresentá-lo, tendo sido dada a palavra ao senhor deputado municipal Abel Moreira para fazer a leitura do mesmo. -----

Voto pesar

----- Faleceu no passado dia 25 de Fevereiro de 2012, na cidade da Horta, ilha do Faial, onde nasceu a 28 de Fevereiro de 1936, Eusebio Porfírio Soares. -----

----- Casado com Maria de Fátima Laudalina Silveira Soares, pai de António José Silveira Soares, Eusebio Porfírio Silveira Soares, Victor Marcelino



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Goulart Silveira Soares, Rosa Isabel Goulart Silveira Soares e Jorge Manuel Goulart Silveira Soares, este ilustre cidadão completaria na próxima quarta-feira 76 anos de vida. -----

----- Iniciou os seus estudos na cidade da Horta, tendo terminado os estudos na Escola Agrícola de Santarém. O Engenheiro Eleutério Porfírio Silveira Soares era um faialense que, depois de terminados os seus estudos, adoptou a Ilha de São Jorge como a sua terra, tendo-se cá fixado no ano de 1965. -----

----- Do seu imenso historial e currículo destacam-se como um dos fundadores do CDS-PP nesta Ilha e os cargos exercidos como Vereador, como Deputado Municipal e membro da Junta de Freguesia. -----

----- Foi também o Presidente e fundador da Câmara de Comércio da Ilha de São Jorge, Presidente da Sociedade Lusitânia, um dos fundadores do Clube Naval das Velas e Presidente de Assembleia-Geral de Marítimo Velense. -----

----- Em 22 de Novembro de 1991, ajudou a fundar a Confraria do Queijo de São Jorge, sendo, por isso Confrade do Conselho dos Fundadores ou Anciãos. -----

----- O Engenheiro Eleutério Porfírio Soares, sempre se empenhou no melhoramento do Queijo típico desta Ilha, na busca das suas mais-valias, sendo um profundo conhecedor, pois desde 1965, que deu a assistência no fabrico do Queijo. --

----- Assim o Grupo Municipal CDS-PP propõe que essa Assembleia aprove um Voto de Pesar pela morte do Engenheiro Eleutério Porfírio Soares, manifestando à sua família profundo pesar. -----

----- Que deste voto seja dado conhecimento à sua família. -----

----- Depois da leitura do Voto Pesar foi o mesmo posto à discussão e votação, tendo usado da palavra o senhor deputado municipal Mark Marques que informou que o Grupo Municipal da PSD se associava a esse Voto de Pesar apoiando-o com o seu voto favorável. -----

----- Também, por sua vez, o senhor deputado municipal do partido socialista, senhor Carlos Jorge disse que o Grupo Municipal do PS, se associava a esse Voto de Pesar, votando favoravelmente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

-----*Posto isto e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia colocou o Voto de Pesar à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.* -----

----- *Em seguida propôs que a Assembleia se pronunciasse sobre a introdução de mais um ponto na ordem dos trabalhos que versava a emissão de parecer sobre a reforma da administração local da Região Autónoma dos Açores pedido pela Assembleia Legislativa Regional, realçando que, sendo este ponto incluindo na Ordem dos Trabalhos, ficaria agendado como segundo ponto desta mesma sessão.* ---

----- *Declarada aberta a discussão sobre esta matéria, tendo intervindo o senhor deputado municipal Abel Moreira anunciado o voto favorável do Grupo Municipal do CDS-PP, foi o assunto posto à votação tendo sido aprovada por unanimidade a sua inclusão na Ordem dos Trabalhos como o segundo ponto da mesma.* -----

----- *Em seguida passou-se ao tratamento de assuntos de interesse geral para o município havendo seis inscrições, sendo três do Grupo Municipal do PSD e três do Grupo Municipal do CDS-PP, pelo que conforme estava estipulado pela Mesa da Assembleia deu-se a palavra em primeiro lugar ao deputado do Grupo Municipal com menor representação, tendo a mesma sido dada à senhora deputada municipal do CDS-PP, Maria da Luz Graças que começou mais uma vez pelo caminho do Portinho na Queimada dizendo que tivera o cuidado de ir dar uma volta por ele na passada sexta-feira e que o caminho continuava igual a si próprio como nos últimos tempos: cheio de buracos, embora alguns já tivessem sido tapados mas que estavam novamente abertos, e perguntando para quando asfaltagem definitiva, acrescentando uma pergunta sobre o calendário de apresentação das candidaturas para a pavimentação do concelho em geral e não só daquela estrada.* -----

----- *O senhor presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da câmara informação sobre o método que pretendia utilizar na resposta às questões levantadas pela senhora deputada Maria da Luz Graças tendo-lhe sido respondido que ele, senhor presidente da câmara, iria tomar nota das questões e que depois responderia a todas.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

-----Retomando a palavra, a senhora deputada Maria da Luz Graças questionou o senhor presidente da câmara sobre o parque infantil de Entre-os-Morros, alertando que segundo o senhor presidente da câmara dissera em sessões anteriores que ele fora fechado, colocadas fitas sinalizadoras e avisos comunicando o seu encerramento. Acontecia, porém, que o inverno começara e o vento pegara nas fitas e nos avisos, continuando as crianças a frequentar o parque e a brincar, pelo que gostaria de saber qual era o ponto de situação; se o parque era para desaparecer, para requalificar ou para ficar como estava e o que a câmara pensava fazer quanto a isso. -

----- De seguida referiu-se ao facto da zona de Entre-os-Morros continuar praticamente as escuras, verificando-se que os locais para colocação dos postos já terem sido definidos mas que em tais sítios apenas existiam os parafusos de fixação, acima do nível do passeio, e os cabos enrolados, enquanto as pessoas tropeçam, caem e magoam-se como já acontecera mais do que uma vez. Referiu-se também aos poços sumidouros, vulgarmente denominados sarjetas que, na mesma zona, estavam tapados com paletes, sem sinalização, tornando-se perigosos para a segurança das pessoas. Disse gostar de saber para quando o arranjo dessas duas coisas, porque as pessoas se queixavam. -----

----- Uma outra questão levantada referiu-se ao campo de futebol e ao facto das bancadas terem abertura pelos dois topos que estavam mais perto das cabines onde normalmente se sentam os suplentes e dirigentes das equipas, permitindo assim o acesso aos balneários e à zona onde estavam os árbitros por parte das pessoas que estejam nas bancadas a assistirem aos jogos, o que às vezes não era muito agradável sobretudo nos fim dos jogos, principalmente se o resultado for não agradar a pessoas de ânimo mais exaltado. Solicitou então a senhora deputada municipal Maria da Luz Graças o fecho da zona das bancadas que davam acesso directo para essas cabines porque nesse momento a polícia já estava de guarda a esses locais no início, no intervalo e no fim dos jogos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, em resposta às questões levantadas pela senhora deputada municipal Maria da Luz Graça disse que o Caminho de Portinho na Queimada fora remendado mas que já estava outra vez mas que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

câmara municipal pensava arrancar com esse caminho ainda no primeiro semestre do ano. -----

----- Relativamente ao encerramento do parque infantil esclareceu que tal encerramento não era definitivo porque o iam recuperar, não sabendo ainda quando porque custava dinheiro e havia outras prioridades além disso. -----

----- Quanto à iluminação na zona de Entre-os-Morros anunciou que a câmara ia arrancar ainda nessa semana, com colocação de alguns postes, sobretudo junto à escola profissional e que, em relação às sarjetas, já tinham muitas que haviam sido arranjadas mas que concordava que continuavam algumas com as tais paletes, não por sua vontade mas porque não houvera tempo de as arranjar. -----

----- Em relação ao campo de futebol e em relação as bancadas, informou já ter pedido o material para fazer novos portões e que de facto achava ser uma prioridade a segurança. -----

----- Foi então dada a palavra à senhora deputada municipal Maria da Luz Graças dizendo que o senhor presidente da câmara havia respondido às suas questões mas que pretendia deixar um alerta acerca do parque infantil quem lá chegava verificava que ele não estava fechado e, por isso, dava a sensação que o perigo que existia deixara de existir e a prova era que os miúdos continuavam a ir para lá". -

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado municipal do Grupo Municipal do PSD, senhor Mark Marques que disse que havia uma pergunta muito simples mas para quantificar, porque era público que o município se iria representar na BTL em Lisboa, pelo que gostaria de saber se o senhor presidente da câmara tinha o número de pessoas que iam, o que iria custar em termos de deslocação dos elementos que integraria essa comitiva e o custo previstos para a estada nesses dias. -----

----- Ao responder as questões do deputado Mark Marques o senhor Presidente da Câmara disse que iam as pessoas indispensáveis para fazerem o que realmente consideravam necessário fazer, ou seja, iriam seis pessoas para além dos jornalistas e que, em relação aos custos, não sabia o que iriam gastar mas seria o mínimo possível, mas que depois podia trazer-lhe os dados todos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Dada a palavra ao senhor deputado municipal Mark Marques, este justificou a sua pergunta no facto de serem onze pessoas que iam e permaneceriam lá cinco ou seis dias, pelo que, por uma questão de coerência, já que o senhor deputado municipal Mark Marques era no passado contra esse tipo de eventos porque na sua opinião nunca trouxeram mais valia da forma como era feita, acrescentando ainda como agravante que neste ano o Município das Velas ia que estar integrado num pavilhão que representava toda a Região. -----

----- Na continuação da sua intervenção disse que ainda há pouco a senhora deputada Maria da Luz perguntara pelo parque infantil e o senhor presidente da câmara dissera que o não podia reparar porque não havia dinheiro, então perguntava de quanto custava a deslocação de onze pessoas durante cinco ou seis dias daqui para Lisboa, recordando que o actual senhor presidente da câmara, então deputado municipal, indignava-se com essa situação e tinha razão mas, dois anos depois, a coerência desapareceu e ao que parece, embora tenha agora sabido que o senhor presidente da Assembleia Municipal é convidado orador e confesso que a começar por esse reconhecimento o empenho, o saber e a dignidade que é porque é alguém que irá fazer uma palestra que trará mais valia, e isso não está em causa, porém, em termos de austeridade achava que não se deveria gastar tanto nem realizar a Semana Cultural durante uma semana porque lhe causava uma certa impressão negativa, concluindo que, talvez, houvesse alguns custos desnecessários porque a promoção da Ilha podia-se fazer de várias formas como fora feito noutros tempos, repetindo que o senhor presidente da câmara mudara de opinião porque o que criticava aos outros agora fazia igual, acrescentando que ficava tal registo para a acta e que, portanto, ficava com a sua consciência tranquila e, como dormia sempre bem, depois de ter dito aquilo ainda dormiria melhor". -----

----- O senhor presidente da câmara, em resposta às questões do senhor deputado municipal Mark Marques disse iam seis pessoas e portanto um número bastante diferente das vinte, dezoito ou dezassete que habitualmente iam, e que ia o senhor presidente da Assembleia Municipal, como orador, um representante dos empresários, ele próprio e mais duas pessoas, acrescentando três jornalistas, mas que achava muito mau a semana cultural fazer 25 anos e não irem lá fora, terminando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

dizendo que não iam gostar naturalmente basúrdios porque iam e quem o ia julgar seriam os eleitores dali a mais ou menos dois anos. -----

----- Fei então dada a palavra ao senhor deputado municipal Luís Ávila que se referiu à falta de uma passadeira para peões entre a Travessa do Jardim da República e o tribunal e parque de estacionamento já que se via passadeiras em todos os lados e se esqueceram de a fazer naquele local. Continuando a falar em sinais de trânsito, referiu-se à saída da Canada do Mar para a Avenida do Livramento dizendo que se não justificava a prioridade para os camiões porque os arruamento eram planos, referindo que havia falado naquela questão nas primeiras sessões da Assembleia Municipal e que lhe fora dito pela câmara municipal que iam resolver mas que nada tinha sido feito. Na mesma área de trânsito falou na saída da rua João Soares de Albergaria para a estrada de acesso/saída das Velas concordando com a prioridade de trânsito estabelecida mas discordando da necessidade da existência de sinal de STOP ou, então, a sua substituição por um sinal de aproximação de estrada com prioridade porque quem vinha no sentido ascendente da estrada de saída das Velas teria de parar todas as vezes, apesar da visibilidade da estrada. -----

----- O senhor deputado municipal Luís Ávila, continuando a sua intervenção, referiu-se a uma canada em Santo Amaro que dava acesso ao restaurante "Fornos de Lava" porque estava que uma vergonha e era utilizada por muita gente, nomeadamente, muitos turistas. -----

----- Apresentou por fim uma questão relacionada com as cores utilizadas na pintura exterior das casas, chamando "Arco-Íris de São Jorge" ao colorido das mesmas, criticando que se pintem as casas com as cores mais disparatadas que pode haver, referindo que até de vermelho já havia uma em São Jorge, concluindo que a câmara devia zelar por estas coisas para elas não acontecerem. -----

----- No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara achou uma boa sugestão a colocação da passadeira na rua de Santo André bem como o achava relativamente aos camiões na Avenida do Livramento e a saída da Velas, informando que tais sugestões iriam ser tidas em conta como prioridades e a câmara municipal iria falar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

com as Obras Públicas para a resolução das sugestões cuja solução não cabia ao município. -----

----- Em relação ao caminho do restaurante Fornos Lavas comunicou que a câmara iria em breve resolver o assunto e que, relativamente à pintura das casas iria mandar o nosso fiscal municipal dar uma volta e ver o que estava a ser feito embora todas as pessoas tivessem direito aos seu gostos referindo que a câmara municipal fazia sempre a recomendação para pintarem as casas com as cores tradicionais, incluindo a própria telha. -----

----- O senhor deputado municipal Luís Ávila pediu para intervir referindo ter a impressão que a câmara tinha autoridade para obrigar as pessoas a pintarem as casas das cores que estavam nas posturas. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara aquiesceu às observações do senhor deputado municipal Luís Ávila e afirmou que a sugestão fora aceite. -----

----- Em seguida foi dada a palavra ao deputado municipal Luís Silveira que falou do abastecimento da água à lavoura nos perímetros agrícolas e em concreto sobre o acordo ou protocolo assinado entre o município das Velas e a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas em relação ao abastecimento de água às explorações agrícolas nos perímetros agrícolas de Santo Amaro, Beira e Rosais, porque recentemente, enquanto presidente de junta, recebera um edital a informar que os agricultores que pretendessem água para as suas explorações se dirigissem ao município, pelo que perguntava o ponto de situação e se o município nesse momento se encontrava em condições de ligar a água às pastagens daqueles que já apresentaram os respectivos requerimentos no município. -----

----- Uma outra questão prendia-se com a situação do muro que está adjacente à estrada entre a Ermida de São Pedro e a oficina da Velas Auto já que fora município que a demolira e que nunca fora reparada. Isto porque o senhor presidente havia dito havia algum tempo atrás que a câmara iria levantar o muro. -----

----- Uma outra questão prendia-se com a sinalização porque gostaria que a solução fosse um pouco mais abrangente daquilo que o senhor deputado municipal Luís Ávila tinha referido porque lhe parecia ser pertinente que o município fizesse um levantamento da sinalização no concelho todo porque havia inúmeros sinais e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

inúmeras fastas de sinalização, para além de haver muitos completamente deteriorados e alguns até já desaparecidos, acrescentando que, enquanto presidente da junta de freguesia dos Rosais, enviara ao município um levantamento de todas as sinalizações que eram necessárias na freguesia de Rosais, identificando o tipo de sinalização, os lugares onde deveriam ser colocadas e disponibilizando-se para colaborar na colocação dessa sinalização que fosse entendida por bem colocar, nomeando locais com falta de segurança. Também referiu, relativamente à sinalização nas ruas das Velas, os actos menos próprios que danificam os sinais sugerindo outras formas de fixação dos mesmos. -----

-----Ao responder as questões levantadas pelo senhor deputado municipal Luís Silveira o senhor presidente da câmara referiu que em relação à água de abastecimento à lavoura a câmara já estava a meter água nas pastagens dos lavradores que a tinham requerido à Câmara Municipal pedido, referindo que essa acção era um descanso para o município porque as pessoas iriam pagá-la. -----

----- Em relação ao muro de São Pedro disse já ter conversado com o proprietário e que fora combinada a altura para a recuperação do muro. -----

----- Relativamente à sinalização que a câmara iria continuar a colocar sinalização nas Velas e depois iria às freguesias, porque a câmara tinha uma equipa com pessoas que apenas estavam a trabalhar na sinalização, lamentando o vandalismo que se encontrava no nosso concelho, não só nos sinais mas em muitas outras coisas. -----

----- Seguiu-se no uso da palavra o senhor deputado municipal Paulo Silveira perguntando para quando estava prevista a asfaltagem da estrada regional onde se encontrava o tanque de água da câmara municipal e o troço que ainda faltava em São Pedro. -----

----- Perguntou também para quando o início da obra do Caminho da Piedade e sobre o parque dos combustíveis. -----

----- Uma outra questão apresentada referia-se ao que a câmara municipal pensava fazer em relação às zonas balneárias, já que estavam em fins de Fevereiro e dali a pouco estariam em Março. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Em resposta o senhor Presidente da Câmara referiu que em relação aos caminhos dos cavalos estava a trabalhar no sentido de arrancar tão rápido quanto possível e provavelmente nesse semestre iriam arrancar as obras. -----

----- Em relação ao parque de combustíveis comunicou que a Câmara Municipal tivera a visita do Governo Regional e que a edilidade sugerira um sítio para o governo regional estudar e ajudar a resolver o problema porque o governo teria que ajudar a resolver o problema, juntamente com a câmara e os fornecedores, e que tal sítio seria na zona do Carregadouro. Acrescentou que na altura se estava a fazer o estudo para ver se realmente era um sítio ideal. -----

----- Em relação às zonas balneárias disse que a câmara estava a pensar em arrancar com as obras rapidamente e que a vereadora Belinha (Isabel Teixeira) é que iria ajudar nesse sentido e ia ficar por conta dela o arranque das obras o mais rapidamente possível. Referiu ainda que as obras já deveriam estar feitas há muito tempo mas que só agora é que a câmara conseguira consolidar a parte destruída pelo mar junto à Poças dos Frades. -----

----- Relativamente ao resto de caminho em São Pedro disse que naturalmente o iriam fazer mas que havia outras prioridades e isso ainda iria levar algum tempo. ---

----- Usou da palavra a senhora vereadora Isabel Teixeira que esclareceu que a sua responsabilidade nas zonas balneárias, conforme fora solicitada pelo senhor Presidente da Câmara referia-se apenas ao processo da bandeira azul, e que nessa área teria muito gosto em fazê-lo, isto é, voltar a trazê-la para o concelho das Velas mas para isso seria necessário efectuar muitas obras e pelo que sabia não devia haver disponibilidade orçamental para que essas obras fossem feitas, resumindo que a sua responsabilidade nas zonas balneárias era somente essa. -----

----- No uso da palavra o senhor deputado municipal Abel Moreira referiu-se ao estacionamento abusivo neste concelho e ao regulamento aprovado na Assembleia que estava em vigor e que o Grupo Municipal de CDS/PP queria chamar atenção do executivo para que se fizesse cumprir o regulamento. -----

----- O senhor presidente da Câmara referiu que naturalmente iriam ter isso em atenção e iriam começar a trabalhar mais um bocadinho nessa área mas com calma é que iriam porque não era uma coisa que se pudesse fazer de um momento para outro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

mas de qualquer modo se reparassem verificavam que na estrada de Santo Amaro já estava a ficar de forma que pudessem estacionar qualquer problema.-----

----- O senhor deputado municipal Abel Moreira disse em resposta que falara em alguns estacionamentos abusivos no concelho das Velas e não se referia à obra do caminho do Tascalho mas sim a casos verificados na própria vila onde era difícil estacionar porque existiam alguns carros estacionados constantemente em determinados locais durante um ano inteiro. -----

----- A senhora deputada municipal Ana Pereira usou da palavra para se referir a uma obra de construção civil a efectuar-se na rua Roque Afonso questionando qual seria a autarquia que autorizava a fazer uma obra daquelas já que as varandas saíam não sabia quantos metros fora, podendo em dúvida se alguns tipos de carros ligeiros poderiam passar por lá mas que, apesar de não ser arquitecta, julgava aquilo uma vergonha e nem estava vedada durante a sua execução. Referiu ainda que as vezes as pessoas queriam fazer pequenas obras e era uma inquietação para obterem licença camarária e entretanto faziam-se obras daquelas. -----

----- Uma outra pergunta formulada referiu-se ao facto de não haver a passagem de filmes no Auditório Municipal e perguntou se a máquina ainda estava avariada já que as Velas não tinham assim muita coisa ao nível cultural, gostando de saber para quando pensava a câmara iniciar novamente as sessões de cinema. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por dizer que, em relação ao cinema, estavam a tratar do assunto e a lidar com uma firma que lhes estava a fazer um orçamento para resolverem rapidamente o problema da máquina dos filmes e que quando dizia rapidamente era mesmo o mais rápido que fosse possível. -----

----- Em relação a obra junto aos escritórios da S.A.T.A., o senhor presidente da câmara disse que essa obra não fora licenciada por este município mas de qualquer forma havia momento em que as coisas não corriam bem mas que iria falar com a pessoa em causa para tentar pelo menos não mandar o cimento pela calçada abaixo porque realmente ficava mal e que iria tratar disso. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, porque não havia mais senhores deputados municipais que quisessem usar da palavra, deu por encerrado o período que se destinava ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

parte dos senhores deputados, passando ao período das intervenções dos senhores presidentes das juntas de freguesia que pretendessem utilizá-lo sobre assuntos considerados de interesse para as respectivas freguesias. -----

----- Foram efectuadas as inscrições dos senhores presidentes de junta de freguesia que se quiseram inscrever, tendo sido dada a palavra ao senhor presidente da junta de freguesia dos Rosais, senhor Luís Silveira. -----

----- O senhor deputado municipal Luís Silveira, no uso da palavra, questionou o senhor presidente da câmara sobre o caminho da Fajã de João Dias, perguntando se de facto o senhor presidente tencionava avançar com aquela obra ou não porque recentemente caíra lá uma pequena quebrada e, em caso afirmativo, para quando se pretendia dar avanço àquela obra. -----

----- Outra questão levantada prendeu-se com o Edifício Sol porque o senhor presidente da câmara havia informado a Assembleia que reiniciaria a obra no início do ano, mas como estavam no final de Fevereiro e a obra ainda não arrancara, gostaria que o senhor presidente informasse para quando o arranque da mesma e se seria a empresa municipal a avançar com a obra ou não, visto as declarações do senhor secretário da presidência no âmbito de conselho de ilha dizerem que o governo regional tinha cooperado com a abertura daquela obra que inclusivamente estava a correr a bom ritmo, coisa que não era bem assim. -----

----- Uma outra questão prendeu-se com a obra na Serra dos Rosais, porque lamentavelmente acontecera aquilo que o senhor presidente da junta já tinha chamando atenção diversas vezes, ou seja, havia sensivelmente uma semana que caíra uma viatura dentro da vasa, viatura essa que ficara pronta a ir para a sucata, e que, embora não tenha havido danos pessoais, houvera ligeiros ferimentos, alertando que desta vez não houvera feridos graves, nem mortos, mas que poderia vir a acontecer não quero vir a estar a dramatizar a situação, mas pode perfeitamente acontecer. Acrescentou que iria entregar ao senhor Presidente da Assembleia umas fotos do estado em que ficara a carrinha que lá caiu, para ele fazer chegar a câmara. Acrescentou também que aquela era uma obra que fora candidato aos fundos comunitários e que o dinheiro, se não todo quase todo, já entrara no município,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

faltando o município receber sensivelmente cinco por cento do valor global da obra, e ainda faltava fazer grande parte da referida obra. -----

----- Referiu ainda nunca ter havido resposta por parte do IROA e se de facto essa entidade vai assumir ou não a sua responsabilidade, questionando o senhor presidente da Câmara se já havia alguma uma resposta por parte do IROA à recomendação feita pelo Grupo Municipal do CDS/PP na Assembleia Municipal no ano 2010, mais precisamente em 28 de Setembro de 2010. -----

----- Uma outra questão levantada prendeu-se com o protocolo da junta de freguesia para corrente ano, nomeadamente os célebres dez mil euros para o corrente ano, questionando quando se iria que realizar o protocolo de forma a que as juntas de freguesia pudessem receber a verba, perguntando ao senhor presidente do município, porque era um compromisso do senhor Presidente de rever a disponibilidade de reforçar a verba orçamentada, se se previa um aumento da mesma. -----

----- Perguntou também para quando o pagamento da dívida às juntas de freguesia referente ao ano de 2011 do protocolo realizado e que parte ficara por pagar no ano correspondente. -----

----- Finalmente questionou o senhor presidente da câmara sobre a informação prestada pelo referido senhor presidente sobre a preparação duma candidatura de asfaltagem de canadass em todo o concelho, perguntando se tal candidatura estava ou não a ser efectuada e para quando se previa a asfaltagem dessas canadass, concretamente as canadass de acesso a habitações, nomeadamente aquelas que ainda estavam em cascalho. -----

----- Concedida a palavra ao senhor presidente da câmara para responder às perguntas levantadas pelo senhor presidente da junta de freguesia dos Rosais, começou por dizer que o caminho da fajã de João Dias iria naturalmente ser feito durante o corrente ano e que a câmara estava a tratar do assunto, acrescentando que iria ser executado através da empresa municipal tal como o Edifício Sol, que também ia ser feito através da empresa municipal. -----

----- Relativamente ao Edifício Sol explicou que ao dizer "no princípio do ano" se referia a "mais mês menos mês". -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Em relação ao caminho da Serroa, informou que as obras iam arrancar no dia seguinte. -----

----- Em relação ao protocolo com as juntas de freguesia, disse que a câmara ponderava dar dinheiro as juntas de freguesia no próximo mês de Abril. -----

----- Em relação à pavimentação das canadãs comunicou que a câmara municipal estava de facto a elaborar um projecto de asfaltagem de algumas canadãs do concelho das Velas. -----

----- Usou de seguida a palavra o presidente da junta de freguesia das Velas, senhor Paulo Silveira que se referiu à intervenção do senhor presidente da junta de freguesia dos Rosais, Luís Silveira, dizendo que ele levantara aqui as questões essenciais relativamente ao Caminho da Serroa na parte pertencente aos Rosais mas informava que a parte pertencente à Beira também tinha zonas por concluir. ---

----- O mesmo questionou o senhor presidente da câmara sobre o protocolo com as juntas de freguesia para o ano em curso e se a câmara o pretendia realizar e também o questionou sobre o pagamento dos vinte mil euros relativos ao ano de 2011 que ainda estavam em dívida, pedindo ao senhor presidente da câmara maior especificação nomeadamente sobre se o mês de Abril a que se havia referido seria a data de pagamento dos valores orçamentados para o ano de 2012 ou a tranches de valor que passara em dívida relativo ao ano de 2011. -----

----- Em resposta às questões do senhor deputado municipal Paulo Silveira, senhor presidente da câmara referiu que de facto o protocolo a que se referia estabelecer em Abril seria relativo ao dinheiro deste ano de 2012 e que estava a fazer um esforço no sentido de ver se em Março conseguia de facto entregar a primeira tranche de dinheiro que devia às juntas de freguesia do concelho relativo ao ano de 2011. -----

----- Não havendo nenhum dos senhores deputados nem dos senhores presidentes de juntas inscritos, o senhor presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de ante da ordem do dia bem como um intervalo de quinze minutos. -----

----- Após o intervalo foi dado início à discussão e análise do primeiro ponto da ordem do dia que se referia à informação escrita obrigatoriamente entregue pelo senhor presidente da câmara à Assembleia Municipal em cada uma das sessões ordinárias da mesma, tendo sido dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

para expor o que por bem entendesse sobre esta informação apresentada aos senhores deputados municipais. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, comunicou que iria focar três a quatro coisas e se houvesse mais alguma dúvida ou se os senhores deputados municipais quisessem fazer perguntas, estaria disponível para o efeito. -----

----- Iniciou a sua intervenção comunicando que a câmara municipal iniciara o processo tendente à compra dos ecopontos, estando a pensar arrancar com a utilização dos mesmos no dia de São Jorge, ou no dia de 25 de Abril, especificando que estava para arrancar no dia de São Jorge mas em reunião com a Câmara de Calheta decidiram arrancar todos no dia 25 de Abril com, pelo menos, um ecoponto em cada freguesia para a recolha selectiva. -----

----- Referiu-se também à construção de casas de banho no interior do edifício dos Paços do Concelho e à compra dos equipamentos para filtragem das águas, tendo informado sobre a realização de uma reunião do executivo na cidade da Horta, também relacionada com a recolha selectiva e com a saída dos resíduos, e a ida do vereador Filipe à ilha Terceira para reunir com a "Art" no dia 4 de Fevereiro, comunicando aos senhores deputados municipais a disponibilidade do vereador em prestar os esclarecimentos que pretenderem. -----

----- Falou também da visita estatutária do Governo Regional dos Açores, tendo comunicado que a câmara tinha falado com o Governo Regional sobre o Parque de Combustíveis e da ajuda do Governo para a recuperação da Casa Cunha, dizendo ter a câmara falado ainda de outras coisas que não eram assim tão importantes. -----

----- Em relação a processos pendentes em tribunal em que a câmara municipal era arguida, disse não haver qualquer desenvolvimento em relação à "Malha Cinzenta" e que em relação ao senhor Carlos Martinho a câmara estaria a negociar com ele no sentido de conseguir resolver o assunto, informando que estaria praticamente resolvido em relação à ANA mas continuavam a dialogar com o autor, senhor Carlos Martinho, por causa de a câmara ter embargado a obra e pretendia analisar como sairia do caso. -----

Terminou esta primeira intervenção comunicando que em relação ao resto, achava não haver muito mais a esclarecer, disponibilizando-se para mais perguntas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Referiu ainda que da dívida a fornecedores no valor de um milhão e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e dois euros, havia um parte substancial incluída na linha de Crédito Açores pelo que havia ainda uma parte substancial daquela verba para a qual existia um plano de pagamento específico. -----

----- Foi dada a palavra aos senhores deputados que quisessem usá-la sobre aquele ponto da ordem dos trabalhos tendo sido concedida a palavra à senhora deputada municipal Maria da Luz das Graças que questionou sobre o pagamento a filarmónicas e outras entidades culturais perguntando o que havia sido pago e o que faltava pagar. -----

----- Referiu-se também aos eventuais pagamentos às juntas de freguesia solicitando informação sobre o valor da tranche que a câmara pretendia atribuir às referidas juntas de freguesia, bem como a média de tempo para pagamento a fornecedores por parte da câmara. -----

----- O senhor presidente da câmara, em resposta, disse que a média de pagamento andava nos sessenta dias e que em relação às entidades culturais informou que as filarmónicas tinham sido todas pagas e que supunha que o Grupo Etnográfico da Beira não fora pago, embora não tivesse a certeza. -----

----- Após esclarecido por um deputado municipal que o Grupo Etnográfico da Beira não havia ainda recebido o que lhe era devido, foi dada a palavra ao senhor deputado municipal Luís Silveira que questionou o senhor presidente da câmara sobre os critérios para a distribuição dos ecopontos, referindo que no início do mandato o senhor presidente da câmara dera uma conferência de imprensa onde informou os munícipes que a câmara já tinha adquirido e tinha no seu armazém uma quantidade de sacos de diversas cores para distribuir aos munícipes e que seria essa a forma dos mesmos poderem dividir os seu lixo e que, a partir daí seria feita uma recolha semanalmente, pelo que perguntou também se de facto fora feita essa distribuição de sacos porque lhe parecia que funcionaria melhor do que ter um único Ecoponto numa zona da freguesia. -----

----- Em relação a dívida por entidades credoras, disse que tinha tido a oportunidade de ouvir recentemente o presidente da "Tryangle" dizer no telejornal que a associação este ano não ia a BTL porque ainda tinha dívidas da última vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

que fora porque havia alguns dos munícipes da região que não tinham pago e acabara, após alguma insistência do jornalista, por afirmar quais eram os municípios em causa e infelizmente nomeara o Município das Velas. Ora, como não aparecia nas listagens tal empresa turística como entidade credora da câmara perguntou se de facto tais declarações correspondiam à verdade e, se o município tivesse essa dívida, qual era o seu valor porque isso não abonava nada ao favor do concelho, sobretudo ao vir alguém para a comunicação social, nomeadamente no telejornal, dizer que deixavam de representar uma associação, que era importante para o triângulo, porque algumas câmaras não cumpriram com aquilo que fora estabelecido. -----

----- O senhor presidente da câmara usou da palavra e disse em relação a dívida que a "Tryangle" não era credora do município porque isso estava ainda totalmente acertado entre o município e a Tryangle e portanto a Tryangle fora dizer para a comunicação social uma coisa que não poderia ter dito porque não era verdade e nada tinha chegado à câmara municipal em relação à Tryangle. -----

----- Em relação aos ecopontos informou que, juntamente com a Câmara de Calheta, o município das Velas estava a negociar com a sociedade "Ponto Verde" no sentido dessa firma facultar os ecopontos sem terem as câmaras que desembolsar muito dinheiro, ou seja poderem as câmaras trocar o ecopontos por lixo, concluindo que essas negociações foram executadas havia pouco tempo porque só há pouco tempo tinha conseguido convencer a Câmara da Calheta a entrar nessa jogada e a sociedade "Ponto Verde" não queria fazer esse negócio apenas com a Câmara da Velas mas com a ilha de São Jorge e assim iria arrancar com um ecoponto em cada freguesia e tentar sensibilizar as pessoas. -----

----- É relativamente à colocação dos ecopontos, o senhor presidente da câmara disse que iria falar com as juntas de freguesias para saber onde os mesmos se deveriam colocar e reafirmou que provavelmente a sua colocação iria arrancar no dia 25 de Abril e que, à medida que fossem chegando, a câmara iria colocando nos outros sítios, reforçando que a câmara iria arrancar já. -----

----- Em relação aos sacos de que se falara disse que era verdade a sua existência mas tinha chegado à conclusão que não adiantaria nada fazer a recolha selectiva para logo a seguir o lixo ser misturado na lixeira municipal, acrescentando que a câmara ia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

fazer a recolha selectiva e ia exportar o lixo "pelo cais das Velas fora" sem que os plásticos, os vidros, os cartões e todas as essas coisas serem misturadas. -----

---- Concluiu que eram essas as razões porque iriam arrancar apenas com um ecoponto em cada freguesia e porque o dia 25 de Abril já estava muito próximo. ----

---- Dada a palavra, de novo, ao senhor deputado municipal Luís Silveira este referiu que tinha percebido a questão dos ecopontos e também percebera que no dia 25 de Abril iriam apenas arrancar em termos simbólicos porque em termos de funcionamento o sistema só iria funcionar quando houvesse os ecopontos devidamente espalhados pelo concelho e em todas as freguesias. Acrescentou que não acreditava que tal metodologia iria funcionar, e que iria haver a recolha selectiva com ecopontos por todas as freguesias. -----

---- Passando a outra questão, o senhor deputado municipal Luís Silveira disse que achava que o senhor Presidente da Câmara deveria, caso a notícia avançada pelo senhor presidente da Triangle não correspondesse à verdade, repor a verdade publicamente, porque tal notícia ficara muito mal para os munícipes e para o concelho pelo que o senhor em causa e a associação deviam ser desmentidos. -----

---- A senhora deputada municipal Maria da Luz lembrou o senhor presidente da câmara que ele não respondera à sua pergunta em relação ao valor da tranche a transferir para cada freguesia. -----

---- Em resposta a esta questão, o senhor Presidente da Câmara referiu que não respondera porque não gostava de dizer mentiras e portanto a câmara queria atribuir uma a tranche a cada junta de freguesia não inferior a um terço da dívida, porque não podia garantir ser mais mas que, provavelmente, seria mais se houvesse a hipótese de o fazer, e que por isso não respondera à pergunta. -----

---- Terminada esta intervenção e como não houvesse mais nenhum senhor deputado que quisesse usar da palavra, deu-se por encerrado este ponto da ordem dos trabalhos e passou-se para o segundo ponto que se referia a emissão de parecer sobre Reforma da Administração Local na Região Autónoma dos Açores, a pedido da Assembleia Legislativa Regional. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Na introdução ao tema deste ponto da ordem dos trabalhos o senhor presidente da Assembleia Municipal disse que a proposta apresentava duas ou três normas que esclareciam bem a panorâmica da realidade açoriana. -----

----- Uma delas era a consagração nessa lei que um centro urbano tem que ter mais de dois mil habitantes. Ora, indo ao mapa anexo à mesma verificava-se que só as ilhas de São Miguel e a Terceira teriam centros urbanos e a partir daí seria o deserto, não propriamente o deserto do aeroporto a sul do Tejo, mas o deserto no sentido de não haver mais nenhuma ilha que possuísse o número de habitantes suficiente para ser considerado centro urbano. Por outro lado, relativamente a freguesias verificava-se que nos concelhos de terceiro nível, como as Velas e Galheta, as freguesias teriam que ter o total de três mil habitantes por freguesia de centro urbano e quinhentos habitantes nas outras freguesias, referindo-se que não tivera tempo de estudar mais aprofundadamente a proposta de Lei porque, como tinha dito, a mesma lhe chegara às mãos naquele próprio dia. -----

----- Nesse sentido disse ainda não saber como poderiam resolver essa situação, a não ser através de um parecer muito generalista ou então, aproveitando a existência como membros da Assembleia Municipal de alguns senhores deputados municipais que são cumulativamente deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e que conheçam mais profundamente alguma coisa da matéria e que nos possam informar porque, felizmente, a Assembleia Municipal das Velas possuía três deputados municipais nessa condições. -----

----- O senhor deputado Mark Marques pediu para intervir comunicando que fazia parte da Comissão Política Geral da Assembleia Legislativa Regional com o colega Abel Moreira e que queria de uma forma muito rápida tentar explicar o que se estava a passar na Assembleia Regional em relação àquela matéria. -----

----- Primeiramente informou que a terminologia não era extinguir freguesias ou concelhos mas sim agregar, ou seja, uma freguesia juntava-se a outra e a própria Lei previa um incentivo de quinze por cento das receitas nos dois anos seguintes para quem se agregasse e alguma penalização para aquelas que não se agregassem. Depois teceu algumas considerações sobre a evolução histórica da lei que começara no livro verde referindo-se à grande evolução no sentido positivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

----- Continuando, referiu-se ao papel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dizendo que ela é que tinha poderes para extinguir ou criar freguesias, explicando que a lei veio do Parlamento Nacional e que a comissão parlamentar de Política Geral do parlamento açoriano tinha que dar um parecer sobre esta proposta de Lei, pelo que a comissão parlamentar entendeu pedir parecer a todas as câmaras municipais, a todas as assembleias municipais, aos concelhos de Ilha, tendo a comissão sessenta dias para apresentar um relatório contendo o parecer de que entenda sobre essa matéria. -----

----- Considerou aceitar o conteúdo da intervenção do senhor presidente da assembleia municipal no sentido do parecer a emitir por este órgão ser um parecer mais generalista mas político. Referiu também que o partido PSD sobre esta matéria na região tem tido uma posição, e que havia outros que não apresentaram posição nenhuma, e outros que eram contra tudo e contra todos, e que entendiam que a agregação de freguesias se devia fazer nas cidades, mais concretamente nas cidades de Ponta Delgada e de Angra e que eram de opinião que fora estes casos não se deviam extinguir nenhuma outra, explicitando que, enquanto deputado municipal e cidadão Jorgense, era eu contra a extinção de freguesias rurais, aceitando a sua extinção de algumas nas cidades sim. Concluiu dizendo que o melhor era não extinguir mas isso era muito engraçado porque ninguém queria as medidas da trika mas a verdade era que três partidos assinaram tais medidas e tinham o compromisso de as cumprir. -----

----- Disse ainda que tal parecer deveria conter os princípios genéricos sobre essas medidas para habilitar a comissão da assembleia regional a enviar os respectivos pareceres para a Assembleia da República porque, mais tarde, competiria à Região decidir se iria ou não reduzir tanto as freguesias como se pretendia na lei nacional. Referiu também que, por imposição da própria lei, provavelmente ela não entraria em vigor antes das próximas eleições autárquicas. -----

----- Concluiu ser da opinião, enquanto deputado municipal, que no caso concreto da Ilha de São Jorge não haveria freguesia nenhuma a extinguir, referindo que se o senhor presidente da Assembleia Municipal lhe perguntasse qual seria o seu parecer sobre a Lei aplicada aos Açores diria que ela representava uma machadada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

muito grande na organização administrativa mas mais tarde na assembleia municipal haveriam de discutir sobre isso e haveria uma maioria, da qual não fazia parte, que iria dizer o que fazer, reafirmando que as freguesias das cidades poderiam ser agregadas mas a agregação de freguesias nas ilhas que não possuíam cidades fazia com que se perdesse a respectiva identidade. Finalmente reforçou a importância da Assembleia Municipal dar um parecer por muito generalista que fosse porque era de opinião que uma assembleia municipal quando recebia um pedido de parecer desta importância e não respondia representava uma demonstração de desinteresse e que nenhum dos membros da assembleia municipal estaria desinteressado. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado municipal Luís Silveira que referiu ser isso uma questão de política e sabia que qualquer Assembleia Municipal que se pronunciasse não iria querer extinguir freguesias no seu concelho pelo que certamente seria essa a resposta de todas as Assembleias Municipais. Acrescentou que, contudo, o que era facto era que existia um memorando da tripla, que fora assinado e negociado pelo partido que estava na altura no governo, mas subscrito pelos partidos que agora governam e isso queria dizer que os três maiores partidos do país subscreveram o memorando que dizia que era preciso reduzir freguesias. Acrescentou, porém, que não era menos verdade que o livro verde não era coerente com a realidade dos Açores, de forma alguma. No entanto o que era pedido pela Comissão da Política Geral era que Assembleia Municipal se pronunciasse em relação a Lei 44/XII, informando que fora apresentado o projecto de resolução n.º 3 de 2012 na Assembleia Regional, por iniciativa do CDS e subscrita pelo partido socialista, que recomendava à comissão para fazer uma análise profunda à região e que recomendasse à Assembleia Regional qual seria a melhor postura e o caminho a percorrer em relação à extinção ou criação das freguesias. -----

----- Relativamente ao livro verde, referiu que ele era muito mais abrangente porque não se referia apenas a freguesia mas também a municípios e, inclusive, as empresas municipais, referindo-se à extinção de muitas delas. -----

----- Referiu também que a Região Autónoma dos Açores, enquanto possuidora de governo próprio, é que teria a capacidade de criar ou extinguir freguesias, pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

que o processo iria ainda demorar muito tempo, até porque recentemente o senhor presidente do governo regional disse que não havia freguesias a mais nos Açores. ----

----- Retomou a palavra o senhor Presidente de Assembleia dizendo que a primeira conclusão a que chegara era ser muito fácil dizer as coisas em teoria mas, depois, a sua concretização prática tornava-se complicada em termos políticos. Assim, qualquer dos partidos políticos poderiam admitir em teoria a necessidade da extinção de freguesias em abstracto mas quando tocava a individualizar uma freguesia concreta já havia contabilização dos votos e deu o exemplo da redução do número de deputados da Assembleia da República em que tudo era muito bonito na teoria mas quando se chegava à prática tudo se complicava. -----

----- Outra conclusão que tirara referia-se à inconveniência da trasladação de leis gerais para os Açores e cujas consequências podiam se prejudiciais. Referiu ainda as tradições históricas de algumas freguesias jorgenses, nomeadamente Manadas e Vila do Topo que poderiam seriam agregadas, respectivamente, à Urzelina e Santo António, quando o seu peso histórico era muito maior do que o das freguesias a que se agregariam. -----

----- Neste sentido defendia que o caso dos Açores era muito específico e também percebia que o parecer seria mais para marcar a presença da Assembleia Municipal nesse momento porque tal parecer seria inócuo. -----

----- Disse ainda que pessoalmente, embora falando numa situação de reformado político, era de opinião de haver freguesias a mais, citando o caso de freguesias nas Flores com cinquenta ou sessenta pessoas, concluindo que ele se inclinava para a posição expressa pelos senhores deputados regionais que, cumulativamente, eram deputados municipais dessa Assembleia. -----

----- Retomando o uso da palavra, o senhor deputado municipal Luís Silveira informou o plenário que a Comissão de Política Geral já ouvira o presidente da Associação dos Municípios da Região Autónoma dos Açores, o Engenheiro João Ponte, que disse que a associação iria fazer um inquérito aos municípios e que também tinha agendada uma reunião com o representante da ANAFRF e que entendia, sob o ponto de vista geral, que se poderia suprimir freguesias nos centros urbanos, mas que isso não cabia à Assembleia Municipal das Velas e que a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

posição salvava a nossa testada já que não propúnhamos nem a extinção nem a agregação de freguesia alguma, já que essa posição apenas marcaria presença por agora e para o futuro, pelo que seria bom que a comissão política geral recebesse uma posição na Assembleia Municipal das Velas sobre o documento para a Região Autónoma dos Açores, porque poderia contribuir para, com outras opiniões, se chegar a uma conclusão. -----

----- Na continuação do uso da palavra, o senhor deputado municipal Luís Silveira frisou que claramente já se percebeu que o livro verde não iria ser colocado em prática da região e o próprio governo da república já assumira isso. Com efeito a sua aplicação implicaria alterações à Lei de Finanças Regionais, e desde logo ainda se estava numa fase preliminar dessas alterações pelo que havia ainda muito tempo para a sua conclusão. -----

----- Concluiu que na sua óptica, e mesmo como político activo, assumia a necessidade de uma redefinição e reformulação do próprio documento porque também deveria ser analisadas o eventual aumento de competências e respectivo financiamento que poderia significar uma mais valia para as freguesias. -----

----- Concluiu dizendo que o mais simpático seria dizer que não se extinguir nenhuma freguesia mas considerava que havia situações e situações e se todas as assembleias municipais tiveram uma postura de não extinguir nenhuma freguesia por todas serem importantes certamente que os responsáveis irão olhar para todos esses pareceres e irão arranjar outra ponderação porque o livro verde, lido em profundidade, possuía matéria que se poderia tornar muito positiva para a definição do mapa autárquico, bastava olhar para as ilhas das Flores que tinha dois municípios ou a ilha do Pico que tinha três enquanto a ilha do Faial, com a mesma população do Pico, que tinha apenas um, pelo achava que essas coisas não deveriam ser guardadas mas assumidas com sinceridade e era necessário rever muito bem as situações porque elas poderiam tornar-se em mais-valias. -----

----- Não havendo mais quem quisesse intervir, o senhor Presidente da Assembleia disse que a única questão patente em cima da mesa apontava no sentido de se dar o parecer positivo na agregação de freguesias nos centros urbanos e a manutenção das mesmas nas zonas rurais. Posta esta questão à consideração no sentido de ser este o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

consenso da Assembleia Municipal das Velas e não havendo nenhum dos senhores deputados que discordasse foi a mesma considerada como o parecer desta Assembleia Municipal, dando-se por encerrados os trabalhos da primeira sessão do ano 2012, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pela Mesa da Assembleia. -----

[Handwritten signature]

António Almeida da Nova Pedrosa